



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12223 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PIAUÍ - CARREIRA, PISO SALARIAL E FORMAÇÃO**

Mônica Núbia Albuquerque Dias - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

**POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PIAUÍ - CARREIRA, PISO SALARIAL E FORMAÇÃO**

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho de pesquisa tem por objetivo examinar teses e dissertações que abordam sobre as políticas de valorização docente implementadas no Estado do Piauí nos anos 2012 a 2021. Nossa indagação central: as políticas de valorização docente, constante nas legislações nos últimos 10 anos, contemplaram a demanda dos docentes do Estado do Piauí, nos aspectos carreira, piso salarial e formação? Como proposta metodológica trabalhamos com revisão integrativa com buscas no Repositório da Universidade Federal do Piauí – UFPI. As discussões sobre valorização do trabalho docente ganham força com a constituição Federal de 1988, ao considerar em seu art. 206, as condições do trabalho docente. Em 2006, a regulamentação sobre o plano de carreira é alterada por meio da Emenda Constitucional número 53/2006, passando a acolher a valorização dos profissionais da educação da rede pública com garantia de planos de carreiras e ingressos na carreira por meio de concurso público (BRASIL, 2006). Ao longo das décadas, muitas foram as políticas efetivadas no âmbito da educação, sobretudo após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – N. 9.394/96, podemos citar: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF, as Diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração, em 1997; a lei do Piso Salarial Nacional (PSPN) Lei n. 11.738/2008; o Plano Nacional de Educação. Essas regulamentações passaram a ser chamadas de políticas de valorização docente com elementos indissociáveis das dimensões da profissão docente como formação inicial e continuada, remuneração e condições de trabalho e carreira para a promoção da valorização docente e outros (SHEIBE, 2010).

## MÉTODO

Foi realizado uma revisão integrativa como recurso metodológico e sistemático com vistas as interpretações de teses e dissertações de natureza quantitativas e qualitativas, seguindo a fundamentação de Botelho et al, (2011). Iniciamos com levantamento do conteúdo organizando os descritores e o problema de pesquisa, em seguida ocorreu a busca dos dados por meio do Repositório da UFPI utilizando os descritores carreira, piso salarial, formação e condições do trabalho docente. Quanto aos critérios, buscamos a identificação inicial dos dados, elaboramos um quadro das teses e dissertações que totalizaram em seis trabalhos. Verificamos os trabalhos que estavam fora do escopo utilizando o critério de exclusão a partir da delimitação do objeto de estudo, no caso, revisamos trabalhos que abordam sobre a rede estadual e municipal de ensino no Estado do Piauí. Organizamos um quadro síntese dos trabalhos lidos a partir de duas dissertações e duas teses, nesse quadro colocamos as variáveis predefinidas, com os resultados de cada *corpus*. Por fim, chegamos à interpretação.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na fase das análises dos trabalhos pesquisados, foi observado que Fontineles (2017) estudou a relação entre a formação e o vencimento salarial dos docentes das redes públicas municipal e estadual de ensino da cidade de Teresina-PI entre os anos 1996 a 2016. No geral a remuneração docente nas duas redes de ensino apresentaram hierarquia entre titulações e apesar disso, apresentou-se baixa, afetando de forma negativa a atratividade da profissão. Silva (2015) estudou a relação entre oferta e demanda de docentes na rede pública estadual de ensino do Piauí, visando investigar possíveis déficits de professores com formação inicial específica para atuar no ensino médio, direcionou seus estudos para o âmbito Formação das políticas da valorização docente da Gestão e financiamento no Estado do Piauí da educação básica, apresentando um déficit na formação dos docentes da rede Estadual de ensino em alguns componentes. A autora também direcionou os resultados para baixa atratividade pela profissão e a pouca efetividade de políticas de valorização da carreira docente. Soares (2016) ao analisar a questão da remuneração dos profissionais do Magistério da rede pública estadual de ensino do Piauí expressa através do Planos de Cargos, Carreira e Remuneração, constatou que professores com maior tempo de serviços entre 1995 a 2007 foram os que tiveram mais perdas salariais. Concluiu que mesmo que tenha tido uma melhora na remuneração de algumas classes, a partir de 2012, esse artifício não contemplou o objetivo proposto nas políticas educacionais no que diz respeito à carreira. Castro (2014) em seus estudos, constatou que com relação a qualificação, houve uma evolução. Quanto aos planos de cargos, a ascensão da carreira nos anos 1886 a 2001 estava condicionada a formação acadêmica e que nem todos os itens descritos nos Plano de Cargos, Carreira e Salário - PCCS, foram efetivados, embora tenha ocorrido uma valorização no vencimento dos docentes, esse impacto não refletiu em ganhos reais na remuneração dos docentes, uma vez que algumas gratificações e o adicional de tempo de serviço foram incorporados ao vencimento.

## CONCLUSÕES

Após pesquisa realizada por meio de uma revisão integrativa, os resultados sinalizaram que no tocante a Formação docente na rede municipal, ao longo dos anos, houve um desenvolvimento na qualificação, quanto a remuneração as duas redes de ensino apresentam hierarquia de titulação. As análises sinalizaram ainda, que a regulamentação do piso na rede Estadual e municipal não propicia uma carreira que contemple a valorização dos profissionais da educação. Por fim, na rede estadual de ensino, as gratificações e adicionais por tempo de serviço foram incorporados no vencimento docente provocando pouca atratividade pela profissão. Dada a relevância acerca das políticas de valorização dos profissionais da educação da rede estadual de ensino do Piauí e da cidade de Teresina, ressaltamos a necessidade de mais estudos em torno da temática.

**Palavras-chave.** Carreira. Piso salarial. Formação de professores

## REFERÊNCIAS

- BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 5.
- CASTRO. Sylvania Uchôa. **A política de remuneração dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina – PI (1996 a 2012)**. 2014. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- FONTINELES, Isabel Cristina da Silva. **ARTÍFICES DE SEU OFÍCIO: a relação entre a formação e a remuneração dos professores das redes públicas piauienses (1996-2016)**. (Tese de Doutorado em Educação). 182 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2017.
- SHEIBE, Leda. **Valorização e Formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jun./set., 2010.
- SILVA, Magna Jovita Gomes de Sales e. **Formação inicial de professores e oferta educacional: desafios para garantir docentes para as diversas áreas do conhecimento na educação básica do Piauí**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.
- SOARES, Marina Gleika Felipe. **Remuneração e Carreira dos Profissionais da Educação Básica: o impacto da Lei do Piso na Rede Estadual do Piauí no período de 2008 a 2014**. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2016.